

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não cabe, conferida interpretação conforme à Constituição Federal a dispositivo de lei, projetar o surgimento dos efeitos, atribuindo-se eficácia prospectiva à decisão, sob pena de inobservância, pelo ângulo da higidez, da Lei Maior, como se até então não tivesse vigorado.

Formalizado o pronunciamento, é inadequada elucidação de conflito de interesses de caráter subjetivo. Não se está a julgar situação concreta, concebida a partir do que se revela inconstitucionalidade útil, presente a morosidade da máquina judiciária.

Tem-se o viés estimulante, levando em conta as casas legislativas, no que incentivada a edição de norma que implique duplo alcance, ambiguidade, considerada a Carta da República, a fim de subsistirem, com a passagem do tempo, as situações constituídas que, sob o ângulo do aperfeiçoamento, assim não se mostram, as quais, posteriormente, serão endossadas, muito embora no campo indireto, ante modulação.

Divirjo parcialmente da Relatora, no tocante à projeção dos efeitos da decisão.